

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	20
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	21
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	22
----------------------------------	----

Relatório da Administração	23
----------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	57
----------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	60
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	61
----------------------------------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	16.083
Preferenciais	14.842
Total	30.925
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	509
Total	509

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	111.610	123.885	115.180
1.01	Ativo Circulante	15.954	48.009	28.663
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	28.257	8.572
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.750	19.438	19.797
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	15.750	19.438	19.797
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	204	314	294
1.01.08.03	Outros	204	314	294
1.01.08.03.01	Outros Créditos	204	314	294
1.02	Ativo Não Circulante	95.656	75.876	86.517
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	88.782	64.127	71.690
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	48.999	21.769	15.768
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	48.999	21.769	15.768
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	39.783	42.358	55.922
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	39.783	42.358	55.922
1.02.02	Investimentos	1	1	1
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1	1
1.02.03	Imobilizado	6.873	11.748	14.826
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.873	11.748	14.826

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	111.610	123.885	115.180
2.01	Passivo Circulante	7.800.560	7.874.476	7.668.494
2.01.02	Fornecedores	20	56	26
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20	56	26
2.01.03	Obrigações Fiscais	26.308	24.643	23.711
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	40	107	114
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	26.268	24.536	23.597
2.01.05	Outras Obrigações	7.774.232	7.849.777	7.644.757
2.01.05.02	Outros	7.774.232	7.849.777	7.644.757
2.01.05.02.04	Obrigações com Credores Quirografários	6.463.044	6.461.267	6.461.627
2.01.05.02.05	Provisão p/ Passivo a Descoberto em Investidas	1.309.332	1.382.641	1.177.948
2.01.05.02.06	Outras Contas	1.856	5.869	5.182
2.02	Passivo Não Circulante	273.631	267.341	273.140
2.02.02	Outras Obrigações	103.791	100.933	98.213
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.621	1.777	1.561
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	1.621	1.777	1.561
2.02.02.02	Outros	102.170	99.156	96.652
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Tributárias	102.170	99.156	96.652
2.02.04	Provisões	169.840	166.408	174.927
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	169.840	166.408	174.927
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	162.343	155.525	143.717
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.331	8.353	29.129
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.166	2.530	2.081
2.03	Patrimônio Líquido	-7.962.581	-8.017.932	-7.826.454
2.03.01	Capital Social Realizado	268.100	268.100	268.100
2.03.02	Reservas de Capital	-2.422	-2.422	-2.422
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-4.790	-4.790	-4.790
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	2.368	2.368	2.368
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.233.657	-8.243.026	-8.088.808

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.398	9.466	10.425
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	0	-50.050	-13.749

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.364	3.260	5.164
3.03	Resultado Bruto	3.364	3.260	5.164
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	4.606	-158.077	108.384
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	2.950	-169.417	75.244
3.04.02.01	Gerais	-20.309	-1.025	102.941
3.04.02.02	Provisão para Passivo a descoberto das Investidas	-40.200	-168.392	-27.697
3.04.02.03	Reversão de Perdas com Investimentos	63.459	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.372	14.176	46.890
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.716	-2.836	-13.750
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.970	-154.817	113.548
3.06	Resultado Financeiro	-2.669	-360	-2.507
3.06.01	Receitas Financeiras	1.862	3.390	478
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.531	-3.750	-2.985
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.301	-155.177	111.041
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.301	-155.177	111.041
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.301	-155.177	111.041
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00017	-5,01700	3,59000
3.99.01.02	PN	0,00017	-5,01700	3,59000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	5.301	-155.177	111.041
4.02	Outros Resultados Abrangentes	45.982	-37.260	-1.175
4.02.01	Realização Ajustes Avaliação Patrimonial - Alienações	-3.986	-804	7.845
4.02.02	Realização Ajustes Avaliação Patrimonial - Depreciação	-82	-155	311
4.02.03	Ajuste de Conversão de Investimentos no Exterior	50.050	-36.301	-9.331
4.03	Resultado Abrangente do Período	51.283	-192.437	109.866

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-55.638	57.518	-33.649
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-69.720	196.416	-110.341
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	157	242	648
6.01.01.03	Provisão para Contingências	3.432	-8.519	-107.438
6.01.01.04	Provisão para Perdas em Investimentos	-73.309	204.693	-3.658
6.01.01.05	Encargos da Dívida Quirográfica	0	0	107
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.781	16.279	-34.349
6.01.02.01	Aumento (Redução) em Impostos a Recuperar	3.688	359	407
6.01.02.02	Aumento (Redução) em Depósitos Judiciais	2.575	13.564	-37.644
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Outros Ativos	110	-21	212
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Credores Quirografários	1.777	-1.777	0
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Fornecedores	-36	30	-2
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais e Sociais	4.679	3.436	2.605
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Reservas Previdenciárias	62	57	45
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Outras Contas a Pagar	-4.074	631	28
6.01.03	Outros	5.301	-155.177	111.041
6.01.03.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	5.301	-155.177	111.041
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	4.717	2.836	13.752
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	0	0	-5.434
6.02.02	Baixa de Imobilizado	4.717	2.836	19.186
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	22.664	-40.669	28.469
6.03.01	Partes Relacionadas	-27.386	-4.368	37.800
6.03.02	Variação Cambial de Controlada no exterior	50.050	-36.301	-9.331
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-28.257	19.685	8.572
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28.257	8.572	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	28.257	8.572

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.293.076	9.466	-8.017.932
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.293.076	9.466	-8.017.932
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	55.351	0	55.351
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.301	0	5.301
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	50.050	0	50.050
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	50.050	0	50.050
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	4.068	-4.068	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	4.068	-4.068	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.233.657	5.398	-7.962.581

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.102.557	10.425	-7.826.454
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.102.557	10.425	-7.826.454
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-191.478	0	-191.478
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-155.177	0	-155.177
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-36.301	0	-36.301
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	-36.301	0	-36.301
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	959	-959	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	959	-959	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.293.076	9.466	-8.017.932

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.212.423	18.581	-7.928.164
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.212.423	18.581	-7.928.164
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	101.710	0	101.710
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.041	0	111.041
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-9.331	0	-9.331
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	-9.331	0	-9.331
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	8.156	-8.156	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	8.156	-8.156	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.102.557	10.425	-7.826.454

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	5.381	14.935	38.833
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.709	3.595	5.693
7.01.02	Outras Receitas	1.672	11.340	33.140
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.810	-1.224	-1.402
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.810	-1.224	-1.402
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.429	13.711	37.431
7.04	Retenções	-157	-242	-648
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-157	-242	-648
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.586	13.469	36.783
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.121	-165.002	-27.219
7.06.02	Receitas Financeiras	1.862	0	478
7.06.03	Outros	23.259	-165.002	-27.697
7.06.03.01	Provisão para Perdas nas Investidas	-40.200	-165.002	-27.697
7.06.03.02	Reversão Provisão Perdas em Investimentos	63.459	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	23.535	-151.533	9.564
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	23.535	-151.533	9.564
7.08.01	Pessoal	7.307	5.749	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.662	-5.763	-104.780
7.08.02.01	Federais	6.660	-5.765	-104.782
7.08.02.03	Municipais	2	2	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.265	3.658	3.303
7.08.03.01	Juros	1.472	1.202	946
7.08.03.02	Aluguéis	2.793	2.456	2.357
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.301	-155.177	111.041
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.301	-155.177	111.041

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	108.551	126.006	126.130
1.01	Ativo Circulante	35.438	62.040	45.339
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.610	30.676	14.033
1.01.03	Contas a Receber	6.284	6.298	6.090
1.01.03.01	Clientes	6.284	6.298	6.090
1.01.04	Estoques	5.148	4.805	4.813
1.01.06	Tributos a Recuperar	16.079	19.672	20.029
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	16.079	19.672	20.029
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	317	589	374
1.01.08.03	Outros	317	589	374
1.01.08.03.01	Outros Créditos	317	589	374
1.02	Ativo Não Circulante	73.113	63.966	80.791
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	63.339	50.236	63.274
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	21.372	3.526	3.141
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	21.372	3.526	3.141
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	41.967	46.710	60.133
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	41.967	46.710	60.133
1.02.02	Investimentos	1	1	1
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1	1
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1	1	1
1.02.03	Imobilizado	9.559	13.342	16.954
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.559	13.342	16.954
1.02.04	Intangível	214	387	562
1.02.04.01	Intangíveis	214	387	562

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	108.551	126.006	126.130
2.01	Passivo Circulante	6.984.074	7.093.234	7.068.980
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.943	3.195	12.794
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.907	1.681	11.335
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.036	1.514	1.459
2.01.02	Fornecedores	5.366	9.145	11.529
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.366	9.145	11.529
2.01.03	Obrigações Fiscais	95.189	89.721	86.870
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.678	6.730	6.792
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	88.484	82.897	80.010
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	27	94	68
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	412.125	519.902	485.434
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	42.355	150.132	115.664
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	42.355	150.132	115.664
2.01.04.02	Debêntures	369.770	369.770	369.770
2.01.05	Outras Obrigações	6.467.451	6.471.271	6.472.353
2.01.05.02	Outros	6.467.451	6.471.271	6.472.353
2.01.05.02.04	Obrigações com Credores Quirografários	6.463.044	6.461.267	6.461.627
2.01.05.02.05	Obrigações com Quirografários Partes Relacionadas	0	0	1.417
2.01.05.02.13	Outras Contas	4.407	10.004	9.309
2.02	Passivo Não Circulante	1.087.058	1.050.704	883.604
2.02.02	Outras Obrigações	158.098	156.832	142.652
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.557	14.587	13.952
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	14.557	14.587	13.952
2.02.02.02	Outros	143.541	142.245	128.700
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Tributárias	143.541	142.245	128.700
2.02.04	Provisões	928.960	893.872	740.952
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	928.960	893.872	740.952
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	917.622	876.920	696.547

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.374	14.230	40.900
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.964	2.722	3.505
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-7.962.581	-8.017.932	-7.826.454
2.03.01	Capital Social Realizado	268.100	268.100	268.100
2.03.02	Reservas de Capital	-2.422	-2.422	-2.422
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-4.790	-4.790	-4.790
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	2.368	2.368	2.368
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.233.657	-8.243.026	-8.088.808
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.398	9.466	10.425
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	0	-50.050	-13.749

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	46.111	56.483	58.256
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22.631	-29.236	-30.248
3.03	Resultado Bruto	23.480	27.247	28.008
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.273	-178.617	120.996
3.04.01	Despesas com Vendas	-12.746	-13.086	-12.626
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-300	-176.863	100.322
3.04.02.01	Despesas Gerais	-63.759	0	0
3.04.02.02	Reversão de perdas com Investimentos	63.459	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.515	14.176	47.082
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.742	-2.844	-13.782
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	12.207	-151.370	149.004
3.06	Resultado Financeiro	-6.906	-3.807	-37.963
3.06.01	Receitas Financeiras	4.935	3.459	1.514
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.841	-7.266	-39.477
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.301	-155.177	111.041
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.301	-155.177	111.041
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	5.301	-155.177	111.041
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	5.301	-155.177	111.041
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00017	5,02000	3,59000
3.99.01.02	PN	0,00017	5,02000	3,59000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	5.301	-155.177	111.041
4.02	Outros Resultados Abrangentes	45.982	-37.260	-1.175
4.02.01	Realização Ajustes Avaliação Patrimonial	-4.068	-959	8.156
4.02.03	Ajuste de Conversão de Investimento no Exterior	50.050	-36.301	-9.331
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	51.283	-192.437	109.866
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	51.283	-192.437	109.866

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-58.181	49.936	6.707
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-71.675	188.418	-76.279
6.01.01.01	Encargos da Dívida Quirográfica	0	0	107
6.01.01.02	Atualização do saldo de financiamentos	0	0	6.296
6.01.01.03	Atualização do saldo das debêntures	0	0	25.197
6.01.01.04	Provisão para contingências	35.088	152.920	-116.145
6.01.01.05	Depreciação e amortização	1.014	1.030	1.197
6.01.01.06	Atualização de Títulos a Pagar	-107.777	34.468	7.069
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.193	16.695	-28.055
6.01.02.01	Aumento (Redução) nos Impostos a Recuperar	3.593	357	1.539
6.01.02.02	Aumento (Redução) no Contas a Receber	14	-208	-1.743
6.01.02.03	Aumento (Redução) nos Estoques	-343	8	-1.475
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Depósitos Judiciais	4.743	13.423	-37.662
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Outros Ativos	274	-215	771
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	-3.779	-2.384	2.518
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais Sociais	7.512	6.797	7.685
6.01.02.08	Aumento (Redução) Credores Quirografários	1.777	-1.777	0
6.01.02.09	Aumento (Redução) Reservas Previdenciárias	62	57	34
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	-5.660	637	278
6.01.03	Outros	5.301	-155.177	111.041
6.01.03.01	Prejuízo Líquido	5.301	-155.177	111.041
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.941	2.758	11.865
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-1.800	-86	-7.396
6.02.02	Baixa de Imobilizado	4.741	2.844	19.261
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	32.174	-36.051	-8.993
6.03.01	Partes Relacionadas	-17.876	250	338
6.03.02	Ajustes de conversão	50.050	-36.301	-9.331
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-23.066	16.643	9.579
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.676	14.033	4.454

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.610	30.676	14.033

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.293.076	9.466	-8.017.932	0	-8.017.932
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.293.076	9.466	-8.017.932	0	-8.017.932
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	55.351	0	55.351	0	55.351
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.301	0	5.301	0	5.301
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	50.050	0	50.050	0	50.050
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	50.050	0	50.050	0	50.050
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	4.068	-4.068	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	4.068	-4.068	0	0	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.233.657	5.398	-7.962.581	0	-7.962.581

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.102.557	10.425	-7.826.454	0	-7.826.454
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.102.557	10.425	-7.826.454	0	-7.826.454
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-191.478	0	-191.478	0	-191.478
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-155.177	0	-155.177	0	-155.177
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-36.301	0	-36.301	0	-36.301
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	-36.301	0	-36.301	0	-36.301
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	959	-959	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	959	-959	0	0	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.293.076	9.466	-8.017.932	0	-8.017.932

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.212.423	18.581	-7.928.164	0	-7.928.164
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.212.423	18.581	-7.928.164	0	-7.928.164
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	101.710	0	101.710	0	101.710
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.041	0	111.041	0	111.041
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-9.331	0	-9.331	0	-9.331
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	-9.331	0	-9.331	0	-9.331
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	8.156	-8.156	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	8.156	-8.156	0	0	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.102.557	10.425	-7.826.454	0	-7.826.454

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	56.776	78.794	104.478
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	55.003	67.462	71.178
7.01.02	Outras Receitas	1.773	11.332	33.300
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-36.359	-36.548	-38.990
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-22.631	-29.236	-30.248
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.728	-7.312	-8.742
7.03	Valor Adicionado Bruto	20.417	42.246	65.488
7.04	Retenções	-1.014	-1.030	-1.197
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.014	-1.030	-1.197
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	19.403	41.216	64.291
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	69.709	3.458	1.512
7.06.02	Receitas Financeiras	4.932	3.458	1.512
7.06.03	Outros	64.777	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	89.112	44.674	65.803
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	89.112	44.674	65.803
7.08.01	Pessoal	21.384	19.641	11.906
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.469	19.037	10.877
7.08.01.02	Benefícios	860	31	456
7.08.01.03	F.G.T.S.	512	573	573
7.08.01.04	Outros	11.543	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	47.045	169.802	-97.253
7.08.02.01	Federais	43.510	165.298	-103.326
7.08.02.02	Estaduais	3.530	4.498	6.053
7.08.02.03	Municipais	5	6	20
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.382	10.408	40.109
7.08.03.01	Juros	8.781	4.719	35.441
7.08.03.02	Aluguéis	6.601	5.689	4.668
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.301	-155.177	111.041
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.301	-155.177	111.041

Relatório da Administração

KOSMOS COMÉRCIO DE VESTUÁRIO S/A – em recuperação judicial ***CNPJ – 00.354.053/0001-00***

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (Companhia), atual denominação social de Lojas Arapuã S/A, apresenta as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Informações sobre o processo de Recuperação Judicial:

Em 06 de abril de 2009, a Companhia impetrou seu pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo.

Em 30/08/2010 foi nomeado o administrador judicial da recuperação, Dr. Afonso Alves Braga (OAB/SP 122.093), com endereço na Av. Nove de Julho nº 3229, 10º andar, conjunto 1001, SP. Em 16/12/2011, foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, por maioria, o plano de recuperação judicial.

Em 05/03/2012 foi publicada a decisão que homologou o plano de recuperação judicial pela justiça. Contra essa decisão, a credora Primafer interpôs agravo de instrumento, o qual foi respondido e julgado em 02/10/2012, sendo que foi negado provimento ao recurso. O acórdão foi publicado em 31/10/2012. O Ministério Público opôs embargos de declaração, os quais foram acolhidos sem efeito modificativo. Em seguida o Ministério Público apresentou recurso especial, o qual foi respondido. Em 23/01/2014 foi disponibilizada a decisão que negou prosseguimento ao recurso especial do Ministério Público, originando, assim, agravo de despacho denegatório, devidamente respondido e já remetido ao STJ, tendo sido autuado sob nº 563084/SP encontra-se conclusos à Ministra Maria Isabel Gallotti desde 09/09/2014.

A Companhia requereu, em 19/03/2012, autorização judicial para realização de leilão para venda de alguns imóveis previstos no plano, o que restou deferido pelo Juiz. O leilão foi realizado em 04/07/2012. Posteriormente foi requerida nova autorização para continuidade dos leilões e assim as hastas públicas ocorreram em 17/04/2014, 09/06/2014, 03/07/2014, 12/08/2014, 12/11/2014, 31/03/2015, 29/10/2015 e 17/12/2015.

Foi peticionado para requerer o levantamento de parte do numerário depositado judicialmente e, assim, iniciada a fase de pagamento dos credores trabalhistas.

Em dezembro de 2014 foram iniciados os pagamentos aos credores trabalhistas e, com exceção de eventuais processos pendentes de decisão judicial, todos os credores foram pagos, ocorrendo a última quitação em fevereiro/2017.

Relatório da Administração

Após a realização de todos os leilões para venda dos imóveis destinados ao pagamento dos credores quirografários a Companhia requereu o levantamento dos valores e, assim, foi arrecadado R\$ 13.986, havendo ainda um pedido pendente nos autos, de aproximadamente R\$ 500 em razão de conflitos verificados junto aos extratos do Banco do Brasil.

Para evitar mais demora no pagamento aos credores quirografários, a Companhia decidiu efetuar imediatamente a distribuição desse valor já arrecadado, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Para tanto foram envidados todos os esforços para localização desses credores, inclusive por meio de publicações de avisos via imprensa, convocando-os para efetuar a atualização cadastral e envio de seus dados bancários, conforme estabelecido na cláusula 5.8 do referido plano.

Até 31 de dezembro de 2016, foram pagos o montante de R\$ 9.246, equivalente a 66,11% do total disponibilizado aos quirografários. Ressaltamos que os pagamentos não ocorreram em sua totalidade em função de credores que não se apresentaram para receber sua quota, apesar dos diversos editais publicados.

Desempenho Operacional:

Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em Recuperação Judicial:

Resultado do Exercício

A atividade operacional preponderante da Companhia controladora, na atualidade, é a locação de imóveis.

Saldos em milhares de reais

	<u>2.016</u>	<u>2.015</u>
Receita Operacional	3.364	3.260
Despesas Administrativas Gerais	(20.309)	(1.025)
Provisão Perda Investimentos	(40.200)	(168.392)
Reversão Perda Investimento	63.459	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	<u>5.301</u>	<u>(155.177)</u>

No exercício findo em 2016, apresentou um lucro de R\$ 5.301, comparando com o ano anterior (R\$ 155.177). Esclarecemos que o resultado de 2015 foi afetado substancialmente por ajustes nas provisões para contingências fiscais, em consequência de redefinição da expectativa de perdas, elaborada por nossos assessores jurídicos, em processos judiciais e administrativos que já tramitam há alguns anos, os quais passaram de expectativa de perda possível para provável.

CONTROLADA - Novelty Modas S.A

A Novelty Modas S/A (atual denominação social da Arapuã Comercial S/A) foi constituída em 17 de dezembro de 1998, por Kosmos Com. de Vestuário S/A, através da transferência dos seus pontos comerciais, centros de distribuição e demais ativos operacionais, como parte do plano de reestruturação elaborado pelos administradores com o apoio dos credores e autorizado judicialmente.

Relatório da Administração

Em março de 2008 a Novelty Modas S.A. passou a explorar o mercado de vestuário/modas voltado ao público feminino, masculino e infanto-juvenil, com 11 lojas localizadas nos estados de São Paulo (região da Grande São Paulo) e Minas Gerais (região da Grande Belo Horizonte) e conhecidas pelo nome fantasia de **Sette Bello Modas**.

Desempenho Econômico-financeiro 2016

A economia brasileira apresenta um cenário totalmente adverso desde o 2º semestre de 2015, com elevação da inflação, alto índice de desemprego, sucessivas quedas no Produto Interno Bruto (PIB), levando o país a forte recessão principalmente no início de 2016, criando um clima de instabilidade institucional sem precedentes, com reflexos direto na atividade empresarial.

Em 2016 a receita operacional apresentou redução de 18,1% em comparação ao exercício anterior.

A Novelty Modas S.A. continua com rigoroso programa de contenção de custos, objetivando manter suas despesas no mesmo patamar do exercício de 2015:

	<u>2.016</u>	<u>2.015</u>
Receita Operacional Líquida	45.589	55.682
Lucro Bruto	22.958	26.446
Despesas Administrativas e Gerais (*)	(44.428)	(175.340)
Despesas Comerciais	(15.543)	(15.499)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	<u>(40.881)</u>	<u>(167.843)</u>

(*) Despesas Administrativas e Gerais:

As Despesas Administrativas do exercício findo em 31/12/2016 foram reduzidas significativamente em comparação ao mesmo período do ano anterior pelo fato de que no exercício de 2015 ocorreram ajustes nas provisões para contingências fiscais, em consequência de redefinição da expectativa de perdas elaborada por nossos assessores jurídicos em processos judiciais e administrativos que já tramitam há alguns anos, os quais passaram de expectativa de perda possível para provável.

Recursos Humanos

No encerramento de 2016 a Novelty Modas S/A apresenta um total de 218 colaboradores dos quais 26 estão na administração e 192 nas lojas.

Relacionamento com Auditores Externos:

A política da Companhia junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados a auditoria das demonstrações contábeis, está fundamentado nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2.016, a TG&C Auditores Independentes não foi contratada para outros serviços que não seja a auditoria das demonstrações contábeis do exercício.

Relatório da Administração

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em observância á Instrução CVM nº 480/09 art. 25 - inc. V e VI os diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.016.

São Paulo, 03 de março de 2017

A administração.

Notas Explicativas

KOSMOS COMÉRCIO DE VESTUÁRIO S/A

EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ – 00.354.053/0001-00

(Em milhares de reais, exceto quando expressamente mencionado em contrário)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

1. Contexto operacional

Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (“Kosmos” ou “Companhia”), fundada em 05/12/1994, é uma sociedade anônima brasileira de capital aberto, estando com suas operações em bolsa suspensas após o pedido de Concordata Preventiva em 22/06/1998, com sede na Rua Sergipe, nº475, 9º andar, Consolação, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social o comércio por atacado e varejo, desenvolvido em lojas e magazines, compreendendo bens duráveis e de consumo, bem como de importação, exportação e aluguel de bens.

A Recuperação Judicial:

Em 06 de abril de 2009, a Companhia impetrou seu pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo.

Em 30/08/2010 foi nomeado o administrador judicial da recuperação, Dr. Afonso Alves Braga (OAB/SP 122.093), com endereço na Av. Nove de Julho nº 3229, 10º andar, conjunto 1001, SP. Em 16/12/2011, foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, por maioria, o plano de recuperação judicial.

Em 05/03/2012 foi publicada a decisão que homologou o plano de recuperação judicial pela justiça. Contra essa decisão, a credora Primafer interpôs agravo de instrumento, o qual foi respondido e julgado em 02/10/2012, sendo que foi negado provimento ao recurso. O acórdão foi publicado em 31/10/2012. O Ministério Público opôs embargos de declaração, os quais foram acolhidos sem efeito modificativo. Em seguida o Ministério Público apresentou recurso especial, o qual foi respondido. Em 23/01/2014 foi disponibilizada a decisão que negou prosseguimento ao recurso especial do Ministério Público, originando, assim, agravo de despacho denegatório, devidamente respondido e já remetido ao STJ, tendo

Notas Explicativas

sido autuado sob nº 563084/SP encontra-se conclusos à Ministra Maria Isabel Gallotti desde 09/09/2014.

A Companhia requereu em 19/03/2012 autorização judicial para realização de leilão para venda de alguns imóveis previstos no plano, o que restou deferido pelo Juiz. O leilão foi realizado em 04/07/2012. Posteriormente foi requerida nova autorização para continuidade dos leilões e assim as hastas públicas ocorreram em 17/04/2014, 09/06/2014, 03/07/2014, 12/08/2014, 12/11/2014, 31/03/2015, 29/10/2015 e 17/12/2015.

Foi peticionado para requerer o levantamento de parte do numerário depositado judicialmente e, assim, iniciada a fase de pagamento dos credores trabalhistas.

Em dezembro de 2014 foram iniciados os pagamentos aos credores trabalhistas; e, com exceção de eventuais processos pendentes de decisão judicial, todos os credores foram pagos, ocorrendo a última quitação em fevereiro/2017.

Após a realização de todos os leilões para venda dos imóveis destinados ao pagamento dos credores quirografários a empresa requereu o levantamento dos valores e, assim, foi arrecadado R\$ 13.986 , havendo ainda um pedido pendente nos autos, de aproximadamente R\$ 500 em razão de conflitos verificados junto aos extratos do Banco do Brasil.

Para evitar mais demora no pagamento aos credores quirografários, a Companhia decidiu efetuar imediatamente a distribuição desse valor já arrecadado, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Para tanto foram envidados todos os esforços para localização desses credores, inclusive por meio de publicações de avisos via imprensa, convocando-os para efetuar a atualização cadastral e envio de seus dados bancários, conforme estabelecido na cláusula 5.8 do referido plano.

Até 31 de dezembro de 2016, foram pagos o montante de R\$ 9.246 equivalente a 66,11% do total disponibilizado aos quirografários. Ressaltamos que os pagamentos não ocorreram em sua totalidade, em função de credores que não se apresentaram para receber sua quota, apesar dos diversos editais publicados.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards board (IASB).

Notas Explicativas

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração da Companhia avaliou os eventos subsequentes até 03 de março de 2017, que é a data da aprovação do Conselho de Administração, das demonstrações contábeis.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de consolidação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas consideram as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, os saldos entre as empresas consideradas na consolidação foram eliminados, bem como o saldo do investimento da Companhia nas empresas controladas.

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, as empresas consolidadas são as seguintes:

Investidas	% de participação	
	2016	2015
Bantan Serviços de Adm. de Crédito e Cobrança Ltda	100%	100%
Novelty Modas S/A	100%	100%
Arapuã International Invest. Corp.	-	100%
Feniciapar S/A	99,98%	99,98%
Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda	99,90%	99,90%

Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda., atual denominação de Arapuã Serviços de Administração de Crédito e Cobrança S/C Ltda., constituída na forma de sociedade civil em 15/12/1995. Em 17/04/2007, a Sociedade alterou a sua natureza

Notas Explicativas

jurídica para sociedade empresarial limitada, tendo como objeto social a atividade de prestação de serviços de:

- Organização, planejamento e administração de serviços de crédito e cobrança extrajudicial e serviços afins;
- Administração de contas a pagar e receber;
- Coleta, análise e fornecimento de informações cadastrais;
- Fomento ao comércio varejista e atividades correlatas, inclusive os de assessoria e
- gestão de interesses de terceiros em operações à prazo.

Novelty Modas S/A. atual denominação de Arapuã Comercial S/A, constituída em 17/12/1998, na forma de sociedade anônima de capital fechado, tendo no início como principais atividades, o comércio varejista de eletrodomésticos e móveis, migrando no início de 2008 para o comércio varejista de roupas.

Arapuã International Investment Corp. constituída nas Ilhas Virgens Britânicas em 04/01/1996, encerrou suas atividades no exercício de 2016, face não haver perspectivas de realização dos ativos e passivos.

Feniciapar S/A, constituída em 3 de Janeiro de 1994, tendo iniciado suas atividades em março de 1995 e tem por objeto social exclusivo:

- A aquisição de direitos creditórios decorrentes de bens vendidos ou de prestação de serviços realizados pela Kosmos Comércio de Vestuário S/A., direitos creditórios estes que deverão ainda contar com a coobrigação da Companhia vendedora ou prestadora de serviços; e
- A cessão dos direitos referidos no parágrafo anterior.

Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda., constituída em 27/03/2006, na forma de sociedade empresaria limitada, tendo como objeto social a atividade de prestação de serviços de crédito e cobrança amigável, cumulativa e continua de serviços de assessoria creditícia mercadológica, seleção de riscos, administração de contas a pagar e receber, a contratação, em nome próprio, por conta e ordem de terceiros.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas têm o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e suas controladas e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

Notas Explicativas

As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação dos acionistas não controladores, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de:

- Saldos de investimentos e do patrimônio líquido;
- Saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

2.3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

As práticas contábeis adotadas para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são consistentes.

Até a data de divulgação destas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, os seguintes pronunciamentos e interpretações contábeis foram emitidos ou sofreram alterações substanciais, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2016:

Pronunciamento			Aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de:
No Brasil	Correspondente Internacional	Assunto	
CPC 48	IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1º. de janeiro 2018
CPC 47	IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes	1º. de janeiro 2018
CPC 49	IFRS 16	Arrendamento Mercantil	1º. de janeiro 2019

A administração da Companhia entende que a aplicação dos novos pronunciamentos acima no futuro não causará efeitos relevantes nas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas.

3. Principais práticas contábeis

A Administração da Companhia e suas Controladas aplicaram as práticas contábeis abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados e estão descritas a seguir:

a) Receitas e despesas

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas controladas deixam de ter controle ou responsabilidade

Notas Explicativas

pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas controladas são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, com vencimento original de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

c) Instrumentos financeiros

Somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao “valor justo” por meio do resultado, sendo tais custos diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração posterior ocorre a cada data do balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

d) Contas a receber de clientes e perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

São apresentadas pelo valor provável de realização, já deduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas.

e) Estoques

São avaliados ao último custo de aquisição, ao qual não excede o valor de mercado.

A provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha é constituída com base em política definida pela Administração que leva em consideração a previsão de vendas futuras e o saldo de estoques existentes nas datas de encerramento dos exercícios.

A Administração da Companhia julgou desnecessária a constituição de provisão para perda nos estoques em 31 de dezembro de 2016.

f) Investimentos

Os investimentos permanentes em empresas controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

g) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 10. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

h) Ajuste ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração da Companhia avalia anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para “Redução ao valor recuperável”, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

i) Provisão para contingências

As provisões foram constituídas frente às obrigações legais existentes ou como resultado de um evento passado, quando é provável que recursos econômicos sejam requeridos para saldar as obrigações. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

j) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Os valores de imposto de renda e contribuição social estão sendo apurados na forma prevista na legislação vigente. Não foram constituídos créditos tributários diferidos em função de a Companhia não atender plenamente às premissas estabelecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

k) Uso de estimativa e julgamentos contábeis

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para passivos contingentes, entre outras, as quais, apesar de refletirem a melhor estimativa possível, determinada pela Administração da Companhia, podem apresentar variações com relação aos dados e valores reais demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos.

Notas Explicativas

l) Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuro serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos

A Administração da Companhia não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

n) Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração da Companhia apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

o) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável às companhias de capital aberto.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2.016	2.015	2.016	2.015
Disponibilidades em Moeda Nacional	-	28.257	1.150	30.664
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	6.460	12
	-	28.257	7.610	30.676

Notas Explicativas

A rubrica de Títulos e Valores Mobiliários refere-se a liberação judicial de parte dos valores das vendas de imóveis por leilão, em cumprimento ao plano de recuperação judicial, para o pagamento dos credores trabalhistas e quirografários.

5. Contas a receber de clientes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2.016	2.015	2.016	2.015
Contas a Receber de crediariastas	71.554	71.554	174.333	238.302
Provisão para devedores duvidosos	(71.554)	(71.554)	(168.049)	(232.004)
	-	-	6.284	6.298

Os ativos financeiros incluídos nas contas a receber de clientes são demonstrados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido é semelhante ao seu valor justo. A Companhia avaliou os impactos decorrentes do ajuste a valor presente e não houve necessidade de se registrar ajuste.

Em 31 de dezembro de 2016 foi constituída provisão para perdas com recebíveis na controladora no montante de R\$ 71.554 e no consolidado de R\$ 168.049, devido à difícil realização. O valor em aberto apresentado no contas a receber de R\$ 6.284 (R\$ 6.298 em 2015) refere-se à controlada Novelty Modas S/A com operadoras de cartões de crédito. A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada da seguinte forma:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	(71.554)	(82.054)	(232.004)	(222.473)
(-) Adições	-	-	-	(9.531)
(+) Reversões	-	10.500	63.955	-
Saldo Final	(71.554)	(71.554)	(168.049)	(232.004)

Foi efetuada reversão de provisão de perdas em ativos da controlada Arapuã International Investment Corp., pois a mesma encerrou suas atividades no exercício de 2016, face não haver perspectivas de realização dos ativos e passivos.

A Administração da Companhia considera suficiente a provisão para crédito de liquidação duvidosa para cobrir eventuais prejuízos na carteira de clientes.

Notas Explicativas

6. Estoques

<u>Descrição</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>2.016</u>	<u>2.015</u>
Mercadoria para Revenda	5.143	4.800
Adiantamento a fornecedores	<u>5</u>	<u>5</u>
	<u>5.148</u>	<u>4.805</u>

Os estoques para revenda são avaliados ao último custo de aquisição, ao qual não excede o valor de mercado.

O custo dos estoques reconhecido no resultado durante o exercício findo em 2016 em relação às operações continuadas foi de R\$ 22.631 (R\$29.236 em 2015).

A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 (doze) meses.

7. Impostos a recuperar

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2.016</u>	<u>2.015</u>	<u>2.016</u>	<u>2.015</u>
ICMS	-	-	-	168
ICMS - Acréscimos Financeiros	-	-	13.417	13.417
Provisão Perdas ICMS	-	-	(13.417)	(13.417)
INSS	-	-	160	527
Provisão Perdas INSS	-	-	(160)	(527)
Impostos Federais	-	3.280	1.885	4.906
Provisão Impostos Federais	-	-	(2.708)	(2.708)
Pis	8.825	8.895	9.329	9.400
Cofins	6.921	7.263	7.538	7.880
Outros	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>35</u>	<u>26</u>
	<u>15.750</u>	<u>19.438</u>	<u>16.079</u>	<u>19.672</u>

A rubrica contábil de Impostos Federais referem-se ao saldo de antecipação IRPJ/CSLL até o exercício de 1998 não utilizados em função de a Companhia Controladora e algumas investidas estarem sem movimentação operacional, tributos estes já requeridos junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) a restituição.

As rubricas contábeis de Pis e Cofins referem-se a créditos substancialmente originários de exercícios anteriores, não utilizados pela Companhia Controladora e suas investidas, no entanto a administração já solicitou a restituição junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

Notas Explicativas

8. Depósitos judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2.016	2.015	2.016	2.015
Arrematação de Imóveis	28.170	35.284	28.170	35.284
Depósitos Restituíveis	5.001	6.682	5.399	7.242
Depósito Judicial - Hasta Pública	6.351	-	6.351	-
Depósitos para Garantia de Embargos	1.913	2.182	2.091	2.390
Provisão para Perdas Garantia Embargos	(1.913)	(2.182)	(1.913)	(2.182)
Produtos dados em Penhora	-	-	391	391
Provisão para Perdas Produtos dados Penhora	-	-	(391)	(391)
Bloqueios Judiciais	261	392	1.869	3.976
	39.783	42.358	41.967	46.710

Em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial foram efetuadas vendas de parte substancial dos imóveis da Companhia em Leilões realizados em 04/07/2012, 27 e 28/01/2014, 17/04/2014, 09/06/2014, 03/07/2014, 12/08/2014, 12/11/2014 e 31/03/2015, 29/10/2015 e 17/12/2015 totalizando R\$ 67.649, dos quais R\$ 39.479 foram liberados para pagamentos dos processos. A movimentação dos depósitos judiciais está demonstrada da seguinte forma:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2.016	2.015	2.016	2.015
Saldo inicial	42.358	55.922	46.710	60.133
(+) Adições	6.619	18	6.619	159
(-) Baixas	(9.194)	(13.582)	(11.362)	(13.582)
Saldo Final	39.783	42.358	41.967	46.710

9. Investimentos

Considerando que as investidas apresentam passivo a descoberto, a movimentação da participação da controladora nesses passivos a descoberto está apresentada no passivo circulante, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

Notas Explicativas

	Novelty Modas S.A	Bantan Servs. Adm. Créd. e Cobrança Ltda	Samaro Adm. Créd. Cobr. Ltda	Feniciapar S.A	Minoritários	Totais
Capital Social	121.738	1	1	35.430	1	157.170
Quant. Ações e quotas (mil)	250.939.042	998	999	88.451	-	
Participação %	100	100	99,90	99,98	-	
PL (Passivo a descoberto) em 31 de dezembro de 2.016	(927.540)	(2.032)	(2.181)	(418.351)	86	(1.350.018)
Lucro/(Prejuízo) do período findo em 31 de dezembro de 2.016.	(40.881)	(159)	(184)	1.024	-	(40.200)

10. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações. Movimentação do ativo imobilizado, conforme demonstramos a seguir, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Descrição	Controladora						
	2016			2015			
Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	3.847	-	3.847	5.627	-	5.627
Edifícios	4	5.227	(2.201)	3.026	8.883	(2.762)	6.121
		9.074	(2.201)	6.873	14.510	(2.762)	11.748

Descrição	Consolidado						
	2016			2015			
Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	3.847	-	3.847	5.627	-	5.627
Edifícios	4	5.227	(2.201)	3.026	8.883	(2.763)	6.120
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	3.983	(2.154)	1.829	2.583	(1.758)	825
Móveis e utensílios	10	1.784	(1.214)	570	1.709	(1.104)	605
Equipamentos de informática	20	1.263	(993)	270	1.086	(944)	142
Instalações	(*)	28	(11)	17	28	(5)	23
		16.132	(6.573)	9.559	19.916	(6.574)	13.342

(*) Amortização de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação.

Movimentação do ativo imobilizado, conforme demonstramos a seguir, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora					
	2015			2016		
	Taxa depreciação	Valor Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Valor Líquido
Terrenos	-	5.627	-	(1.781)	-	3.846
Edifícios	4	6.121	-	(2.937)	(157)	3.027
		11.748	-	(4.718)	(157)	6.873

Descrição	Consolidado					
	2015			2016		
	Taxa depreciação	Valor Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Valor Líquido
Terrenos		5.627	-	(1.781)	-	3.846
Edifícios		6.120	-	(2.937)	(157)	3.026
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	825	1.511	(12)	(495)	1.829
Móveis e utensílios	10	607	102	(11)	(125)	573
Equipamentos de informática	20	140	188	(1)	(59)	268
Instalações	(*)	23	-	-	(6)	17
		13.342	1.801	(4.742)	(842)	9.559

(*) Amortização de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação.

11. Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Consolidado	
	2.016	2.015
Eurobonds	42.355	42.355
	42.355	42.355

Representam obrigação da controlada Feniciapar S.A. com West Merchant Bank Limids referente à captação no exterior por meio de emissão de EUROBONDS, com vencimento inicial previsto para o ano de 2005, com taxa de juros de 9,50% a.a., antes da concordata de Kosmos Comércio de Vestuário S/A. Entretanto, conforme mencionado na nota 3.c), os referidos empréstimos tiveram seus vencimentos antecipados por ocasião da concordata requerida pela Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (controladora e garantidora dos direitos creditórios). Em conjunto com os debenturistas, foi definido que os juros do empréstimo passariam a ser de 8,825% ao ano, além da variação cambial do dólar norte-americano, calculados até 31 de dezembro de 2014. Os valores provisionados incluem imposto de renda retido na fonte de 27,5% sobre os juros a serem remetidos ao exterior.

Considerando que esta operação está garantida com direitos creditórios de Kosmos Comércio de Vestuário S/A, créditos estes que foram devidamente habilitados nos autos do

Notas Explicativas

processo de recuperação judicial, motivo pelo qual deixou de ser atualizado. Os valores registrados estão refletindo adequadamente a obrigação da Companhia.

12. Títulos a pagar

Descrição	Consolidado	
	2.016	2.015
Títulos a Pagar	-	107.777
	<u>-</u>	<u>107.777</u>

A rubrica de Títulos a pagar corresponde a Euro-Commercial Paper captados por meio da Companhia Controlada no exterior Arapuã International Investment Corp., que teve suas atividades encerradas no exercício de 2016.

13. Debêntures (Consolidado)

As debêntures correspondem a duas emissões, com as seguintes características em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Dezembro 2016	1ª emissão		3ª emissão
	1ª série	2ª série	Série única
Data de emissão	01.08.1995	01.08.1995	01.03.1997
Data de vencimento	01.08.1998	01.08.1998	01.03.2000
Valor unitário	R\$2.894,08	R\$2.797,26	R\$17.495,33
Quantidade	29.711	43.797	9.218
Valor	R\$85.986	R\$122.512	R\$161.272
Total			<u>R\$369.770</u>
Conversibilidade	Não conversíveis em ações	Não conversíveis em ações	Conversíveis em ações
Remuneração	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID

Notas Explicativas

Dezembro de 2015	1ª emissão		3ª emissão
	1ª série	2ª série	Série única
Data de emissão	01.08.1995	01.08.1995	01.03.1997
Data de vencimento	01.08.1998	01.08.1998	01.03.2000
Valor unitário	R\$2.894,08	R\$2.797,26	R\$17.495,33
Quantidade	29.711	43.797	9.218
Valor	R\$85.986	R\$122.512	R\$161.272
Total			R\$369.770
Conversibilidade	Não conversíveis em ações	Não conversíveis em ações	Conversíveis em ações
Remuneração	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID

As debêntures estão atualizadas até 31/12/2014 pelos critérios de remuneração estabelecidos nas escrituras públicas.

Considerando que as debêntures são garantidas por direitos creditórios de Kosmos Comércio de Vestuário S/A, créditos esses que estão devidamente habilitados nos autos do processo de recuperação judicial, motivo pelo qual deixou de ser atualizado a partir de janeiro de 2015. Os valores registrados estão refletindo adequadamente as obrigações da Companhia.

14. Obrigações com credores quirografários

	Controladora			Consolidado		
	2016	movimentação	2015	2016	movimentação	2015
Fornecedores mercadorias	5.406.157	1.777	5.404.380	5.406.157	1.777	5.404.380
Fornecedores no exterior	15.753	-	15.753	15.753	-	15.753
Debêntures	748.607	-	748.607	748.607	-	748.607
Financiamento no País - Capital de Giro	288.474	-	288.474	288.474	-	288.474
Outras contas à pagar	4.053	-	4.053	4.053	-	4.053
	6.463.044	1.777	6.461.267	6.463.044	1.777	6.461.267

Após a realização de todos os leilões para venda dos imóveis destinados ao pagamento dos credores quirografários a empresa requereu o levantamento dos valores e assim, até o momento, arrecadou R\$ 13.986, havendo, ainda, um pedido pendente nos autos, de aproximadamente R\$ 500, em razão de conflitos verificados junto aos extratos do Banco do Brasil.

Para evitar mais demora no pagamento aos credores quirografários, a Companhia decidiu efetuar imediatamente a distribuição desse valor já arrecadado, conforme previsto no Plano

Notas Explicativas

de Recuperação Judicial homologado pelo juízo da 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial de São Paulo na Justiça.

Para tanto foram envidados todos os esforços para localização desses credores, inclusive por meio de publicações de avisos pela imprensa, convocando-os para efetuar a atualização cadastral e envio de seus dados bancários, conforme estabelecido na cláusula 5.8 do referido Plano.

Até 31 de dezembro de 2016, foram pagos o montante de R\$ 9.246, equivalentes ao percentual de 66,11% do total dos valores devidos.

Desde 22 de junho de 1998 e até 31 de dezembro de 2013, os créditos quirografários estiveram sujeitos à atualização monetária conforme a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acrescidos de juros de 12% ao ano. A partir do exercício de 2014, considerando os termos do plano de recuperação judicial, aprovados na Assembleia de credores em 16 de dezembro de 2011, o qual foi homologado na Justiça, a Administração da Companhia deixou de fazer a referida atualização monetária.

Contudo, considerando que a Companhia ainda não realizou todos os pagamentos previstos no Plano de Recuperação Judicial, conforme descrito acima, a Administração optou por não efetuar os ajustes contábeis dos passivos quirografários previsto no Plano. A Administração da Companhia efetuará o referido ajuste contábil somente quando considerar cumpridas suas obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial.

Os valores relativos às coobrigações decorrentes de cessão de direitos creditórios a terceiros não estão inclusos no montante de créditos quirografários. Isso ocorre em virtude de as referidas obrigações serem passíveis de liquidação, a qualquer tempo, após o recebimento das prestações devidas pelo devedor original.

15. Obrigações fiscais e tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2.016	2.015	2.016	2.015
ICMS - parcelado	402	570	1.292	1.929
ICMS (b)	25.866	23.966	87.192	80.968
ISS	-	-	27	47
IRRF	32	27	217	199
IPTU	-	-	-	47
IR Euronotes	-	-	6.429	6.429
INSS - Retido	-	75	-	75
Outras Obrigações	8	5	32	27
REFIS (a)	102.170	99.156	143.541	142.245
	128.478	123.799	238.730	231.966
Circulante	26.308	24.643	95.189	89.721
Não Circulante	102.170	99.156	143.541	142.245

Notas Explicativas

(a) A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pelo Governo Federal através da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, de modo a regularizar seus débitos tributários e previdenciários, inclusive os parcelados, consolidando estes débitos em 13 de abril de 2000, através da entrega da declaração. Conforme Portaria 106, de 12 de Abril de 2002, o referido débito foi homologado pelo comitê gestor do REFIS, o qual está sendo recolhido regularmente desde 08 de Maio de 2000 e atualizado pela TJLP.

Em 04 de novembro de 2005, através da Portaria CG/REFIS nº 1.140 a Companhia foi excluída do Programa de Recuperação Fiscal.

Visando restabelecer o parcelamento foi proposta, em agosto de 2007, Ação Anulatória que tramita junto à 12ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, procedimento nº 2.007.61.00.023183-2. Sentença proferida em 24 de novembro de 2010 julgando improcedente a ação.

Em 07 de janeiro de 2011 foi interposto recurso de apelação. A Sexta Turma do Tribunal Regional Federal – 3ª região negou provimento a apelação, por maioria de votos.

Em 25 de novembro de 2013 foi interposto recurso especial e extraordinário com pedido de efeito suspensivo ativo. Está sendo aguardado o exame de admissibilidade e processamento dos recursos especial e extraordinário:

- Base de cálculo das parcelas: 1,2% do faturamento bruto;
- Estimativa da quantidade de anos para liquidação do REFIS: aproximadamente 2.295;
- Total do valor a pagar do REFIS em 31 de dezembro de 2016: R\$ 102.170;
- Valor presente da dívida em 31 de dezembro de 2016: R\$ 327;
- Taxa de desconto utilizado para o cálculo do valor presente: 13,63% ao ano (CDI)

Os efeitos da exclusão da Companhia no Programa de Recuperação Fiscal – Refis estão devidamente registrados nas demonstrações contábeis na rubrica Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas, no montante de R\$ 63.614.

(b) Refere-se a valores em aberto de ICMS que a Companhia está discutindo na esfera administrativa e judicial.

16. Provisão para passivo a descoberto em controladas

A provisão está sendo constituída proporcionalmente a participação nas investidas.

Investidas	2016	Movimentação	Variação	
			Cambial	2015
Novelty Modas S/A (*)	(886.855)	(40.881)	-	(845.974)
Feniciapar S/A	(418.265)	1.024	-	(419.289)
Arapuã International Invest Corp.	-	-	113.508	(113.508)
Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda	(2.032)	(159)	-	(1.873)
Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda	(2.180)	(184)	-	(1.997)
	(1.309.332)	(40.200)	113.508	(1.382.641)

Notas Explicativas

(*) A controladora Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial, constituiu provisão para perda com crédito que ela tem a receber da controlada Novelty Modas S/A pelo fato do saldo estar vencido há longa data e de não haver no momento perspectiva de sua liquidação. Como se trata de controlada incluída nas demonstrações consolidadas, o efeito da provisão foi também reconhecido no saldo do respectivo investimento.

Informação das investidas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	2.016			
	<u>NOVELTY MODAS S/A</u>	<u>BANTAN ADM. CRÉD. COBR.</u>	<u>SAMARO ADM. CRÉD. COBR.</u>	<u>FENICIAPAR S/A</u>
ATIVO	17.216	204.494	12.981	203
. Circulante	12.047	19	7	15
. Não Circulante	5.169	204.475	12.974	188
PASSIVO	17.216	204.494	12.981	203
. Circulante	74.280	531	654	418.554
. Não Circulante	870.476	205.995	14.508	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(927.540)	(2.032)	(2.181)	(418.351)
RESULTADO	(40.881)	(159)	(184)	1.024
				(40.200)

	2.015				
	<u>NOVELTY MODAS S/A</u>	<u>BANTAN ADM. CRÉD. COBR.</u>	<u>SAMARO ADM. CRÉD. COBR.</u>	<u>FENICIAPAR S/A</u>	<u>ARAPUÁ INTERNATIONAL</u>
ATIVO	20.422	204.500	12.981	15	5
. Circulante	13.956	27	7	15	-
. Não Circulante	6.466	204.473	12.974	-	5
PASSIVO	24.422	204.500	12.981	15	5
. Circulante	75.064	381	465	418.556	107.777
. Não Circulante	836.017	205.992	14.513	833	5.736
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(886.659)	(1.873)	(1.997)	(419.374)	(113.508)
RESULTADO	(167.843)	(223)	(270)	(56)	-
					(168.392)

Notas Explicativas**17. Partes relacionadas**

Em concordância com o Pronunciamento Técnico CPC 05(R1), a Companhia efetua operações com empresas ligadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2.016	2.015	2.016	2.015
Ativo Não Circulante				
Arapuã International Investment Corp Finance	-	5.737	-	-
Bantan Serviços de Administração de Créditos e Cobranças Ltda	204.202	204.200	-	-
Samaro Administração de Crédito e Cobranças Ltda	12.331	12.331	-	-
Novelty Modas S/A - mútuo	40.685	40.685	-	-
Novelty Modas S/A - recuperação judicial	4.807	3.110	-	-
Novelty Modas S/A - uso de imóveis	2.046	1.866	-	-
Feniciapar S/A	-	107	-	-
Fenícia Serviços e Participações Ltda	-	-	100	100
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	322	325
Angélica Administração de Créditos e Cobranças Ltda	20.601	3.498	-	-
Simeira Comércio e Indústria Ltda	9.214	-	213.416	204.202
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	-	857	10.611	8.838
Monções Com. Vestuário e Adm. Bens Ltda	-	-	1.125	-
Provisão para perdas com créditos em controladas	(244.887)	(250.622)	(204.202)	(209.939)
	48.999	21.769	21.372	3.526
Passivo Não Circulante				
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	12.087	12.087
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	1.621	1.777	1.621	1.777
FL Fomento Mercantil S/A	-	-	46	46
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	796	670
Fenícia Participações e Comércio Ltda	-	-	7	7
	1.621	1.777	14.557	14.587
Resultado				
Receitas de Serviços				
Novelty Modas S/A	48	48	-	-
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	-	-	36	144
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	14	8
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	192	724
	48	48	242	876
Receitas de Aluguel				
Novelty Modas S/A	2.797	2.413	-	-
	2.797	2.413	-	-
Despesas com Serviços				
Angélica Administração de Créditos e Cobranças Ltda	(4)	(7)	-	(8)
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	(192)	(724)
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	(14)	-
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	(36)	-	(36)	(144)
	(40)	(7)	(242)	(876)

Bantan Serviços de Administração Crédito e Cobrança Ltda

Em 31/12/2016 a Companhia possuía valores a receber da empresa controlada Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda. no montante de R\$ 204.202 (R\$ 204.200 em 2015), referentes a saldo de contrato de mútuo celebrado em 30 de abril de 1998, com vencimento em até 24 meses da data de sua emissão, com previsão de atualização pela variação do IGPM acrescido de juros de 1% ao mês.

Notas Explicativas

Considerando que o referido crédito não foi liquidado conforme estabelecido e Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda não apresenta situação financeira e patrimonial suficiente para liquidação da obrigação, a Companhia, por questão de prudência, deixou de atualizar o saldo e uma provisão para perdas foi constituída no mesmo valor.

Simeira Comércio e Indústria Ltda. (controladora de Kosmos Comércio de Vestuário S.A em recuperação judicial)

Baseado no Plano de Recuperação Judicial indicado na Nota Explicativa nº 1, a Simeira Comércio e Indústria Ltda., controladora indireta de Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda. possui dívida, em 31/12/2016, para com esta, no montante de R\$ 204.202 e (R\$ 204.202 em 2015). Essa dívida de Simeira Comércio e Indústria Ltda. para com Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda. poderá ser futuramente quitada via recebimento de dividendos e/ou outra solução legítima de mercado.

Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda

Valores a receber em 31/12/2016 de R\$ 12.331 (R\$ 12.331 em 31/12/2015), decorrentes de serviços prestados para Kosmos, conforme contrato firmado em 31/05/2012, com vencimento indeterminado e sem previsão de atualização dos saldos em aberto.

Angélica Administração de Crédito e Cobrança Ltda

Valor a receber em 31/12/2016 de R\$ 20.601, decorrente de contrato de mútuo firmado em 26/01/2016 com vencimento indeterminado, com juros de 0,80% ao mês.

Novelty Modas S/A – Aluguel

Valor a pagar em 31/12/2016 de R\$ 2.046 (R\$ 1.866 em 31/12/2015) decorrente do Acordo de Operação de Pontos Comerciais e Uso de Imóveis, conforme contrato firmado em 30 de abril de 1999, que estabelece que Novelty Modas S/A pagará para Kosmos, mensalmente, todos os custos incorridos por força do estabelecido nos contratos de locação dos imóveis nos quais Novelty Modas S/A explora suas atividades comerciais. O referido contrato tem prazo igual aos contratos de locação celebrados.

As despesas de alugueres têm como origem o referido Acordo de Operação de Pontos Comerciais para uso de Imóveis firmado entre Novelty Modas S/A e Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial conforme explicitado no parágrafo anterior totalizando em 31/12/2016 o montante de R\$ 2.797 (R\$ 2.413 em 31 de dezembro de 2015).

Novelty Modas S/A – mútuo

Em 31/12/2016 a companhia possuía valores a receber da controlada Novelty Modas S/A no montante de R\$ 40.685 (R\$ 40.685 em 31/12/2015) referente a saldo de contrato de mútuo celebrado em 20/09/2002, aditivos em 02/01/2008, 01/12/2012 e 01/12/2016, com vencimento em 31/12/2020, com previsão de atualização de juros 1% ao mês.

Notas Explicativas

Considerando que a controlada Novelty Modas S/A não está gerando recursos, em suas operações, suficientes para amortizar a referida obrigação, a Controladora decidiu constituir uma provisão para perdas no mesmo valor do crédito.

Provisão para perdas com créditos em controladas

Controladas	Controladora		Consolidado	
	2.016	2.015	2.016	2.015
Bantan Serviços Adm. de Créd. e Cobr. Ltda	204.202	204.200	204.202	204.202
Novelty Modas S/A	40.685	40.685	-	-
Arapuã International Invest. Corp.	-	5.737	-	5.737
	<u>244.887</u>	<u>250.622</u>	<u>204.202</u>	<u>209.939</u>

Os demais valores referem-se a contratos de mútuo com vencimentos diversos entre 31/12/2014 a 31/12/2016, com previsão de atualização de juros 1% ao mês.

Remuneração da administração

Os administradores da Controlada Novelty Modas S/A receberam, até 31/12/2016, o montante de R\$ 515 (R\$ 401 em 31/12/2015).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve pagamento de benefícios à Diretores e Administradores da Controladora e demais controladas. A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal-chave da Administração.

18. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Controladora

Há provisões constituídas com base em parecer jurídico, de perda provável, na controladora, no montante de R\$ 169.840 (R\$ 166.408 em 31 de dezembro de 2015) e ainda, com base em pareceres das assessorias jurídicas, há riscos no montante de R\$ 48.622, como possível perda (R\$ 38.609 em 31 de dezembro de 2015).

Consolidado

Há provisões constituídas com base em parecer jurídico, de perda provável, no montante de R\$ 928.960 (R\$ 893.872 em 31 de dezembro de 2015) e ainda com base em pareceres das assessorias jurídicas, há riscos no montante de R\$ 173.115, como possível perda (R\$ 151.078 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas**18.1. Provisões**

	Controladora		Consolidado	
	2.016	2.015	2.016	2.015
Tributárias	162.343	155.525	917.622	876.920
Trabalhistas	5.331	8.353	8.374	14.230
Civil	2.166	2.530	2.964	2.722
Saldo Final	169.840	166.408	928.960	893.872

18.2. Classificação para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	Controladora			Consolidado		
	Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
TRIBUTÁRIAS						
ICMS	66.154	20.258	86.412	539.666	47.739	587.405
COFINS	30.767	6.697	37.464	247.093	17.862	264.955
PIS	17.677	3.726	21.403	67.909	7.191	75.100
INSS	14.755	-	14.755	14.797	50.144	64.941
CSLL	5.687	604	6.291	5.687	604	6.291
FGTS	208	-	208	9.177	-	9.177
OUTROS	27.095	11.205	38.300	33.293	41.228	74.521
	162.343	42.490	204.833	917.622	164.768	1.082.390
CÍVEIS	2.166	6.132	8.298	2.964	7.966	10.930
TRABALHISTA	5.331	-	5.331	8.374	381	8.755
	169.840	48.622	218.462	928.960	173.115	1.102.075

Notas Explicativas**18.3. Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Saldos	Controladora					
	2015	Adições	Encargos	Reversões	Baixas	2016
Tributárias	155.525	10.667	2.314	-	(6.162)	162.344
Trabalhistas	8.353	-	-	(3.022)	-	5.331
Cíveis	2.530	-	-	-	(365)	2.165
	166.408	10.667	2.314	(3.022)	(6.527)	169.840

Saldos	Consolidado					
	2015	Adições	Encargos	Reversões	Baixas	2016
Tributárias	876.920	31.858	20.469	-	(11.622)	917.625
Trabalhistas	14.230	-	-	(5.856)	-	8.374
Cíveis	2.722	-	604	-	(365)	2.961
	893.872	31.858	21.073	(5.856)	(11.987)	928.960

Como sucessora da Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda., a Kosmos Comércio de Vestuário S/A tem a responsabilidade sobre suas contingências de ordem trabalhista, previdenciária, comercial e civil. Existe termo formal de assunção de responsabilidades, sem limite de tempo e valor entre a Companhia e sua antecessora, no sentido de que todas as contingências que venham a se materializar por fatos ocorridos até 31 de dezembro de 1994 serão de exclusiva responsabilidade da sucessora.

A controlada Novelty Modas S/A. possui processos em andamento em diversos Estados da Federação, que visam à restituição do ICMS recolhido sobre os acréscimos financeiros decorrentes de vendas financiadas. O montante total dos correspondentes créditos, levantados pelos assessores jurídicos da Companhia, líquido dos valores já compensados até 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 104.531 (R\$ 145.743 em 31 de dezembro de 2015). Esses créditos não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais ou consolidados da Companhia.

Notas Explicativas

19. Passivo a Descoberto

Capital social

O Capital Social autorizado é de até R\$ 600.000. O Capital Subscrito, integralizado e atualizado é de R\$ 268.100 representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	Controladora		Consolidado			
	2016	2015	2016	2015		
	Quantidade	%	Quantidade	Quantidade	%	Quantidade
Ações Ordinárias	16.083.215.114	52,01	16.083.215.114	16.083.215.114	52,01	16.083.215.114
Ações Preferenciais	14.842.441.564	47,99	14.842.441.564	14.842.441.564	47,99	14.842.441.564
	<u>30.925.656.678</u>	<u>100,00</u>	<u>30.925.656.678</u>	<u>30.925.656.678</u>	<u>100,00</u>	<u>30.925.656.678</u>

Atualmente as ações ordinárias e as ações preferenciais possuem direitos iguais de voto nas deliberações das assembleias gerais.

A Companhia tem aprovado programa de Depositary Receipts tipo “DR”, abrangendo ações preferenciais, havendo distribuição no exterior de acordo com a regra 144-A e regulamentação “S” da SEC. O banco emissor dos “GDRS” é o Citibank N.A e o banco custodiante é o Banco Itaú S.A. A proporção de 1 “GDR” corresponde a 1.000 ações preferenciais escriturais.

Em 13 de Dezembro de 1996, a “Securities and Exchange Commission” (SEC) aprovou a inclusão da Kosmos Comércio de Vestuário S/A na lista dos emissores privados estrangeiros a operarem segundo a regra 12g3-2(b) do “Securities Exchange Act of 1934”, Nível I. Entretanto, tendo em vista o evento da Concordata/ Recuperação Judicial da Companhia, as negociações de suas ações e dos GDRS nas bolsas de valores locais e estrangeiras foram suspensas.

Prejuízo por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado mediante a divisão do prejuízo do exercício pela quantidade de ações em circulação, uma vez que as ações ordinárias e preferenciais possuem atualmente direitos iguais. A Companhia possui apenas uma categoria de ação ordinária.

	Controladora		Consolidado	
	2.016	2.015	2.016	2.015
Ações em circulação	30.925.657	30.925.657	30.925.657	30.925.657
Lucro (Prejuízo) do período	5.301	(155.177)	5.301	(155.177)
Lucro (Prejuízo) diluído por ação R\$	<u>0,0002</u>	<u>(0,0050)</u>	<u>0,0002</u>	<u>(0,0050)</u>

Notas Explicativas

A Companhia não possui contratos ou operações de opção envolvendo suas ações que pudessem impactar a mensuração do resultado por ação.

Reserva de capital

A Reserva de Capital é representada principalmente pelos incentivos fiscais adquiridos do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM sobre o IRPJ e CSLL.

Ações em tesouraria

Existem 509.487.630 ações preferenciais, sendo 259.487.630 ações recebidas em doação do acionista Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda. e 250.000.000 ações adquiridas no exercício de 1997, conforme deliberação do Conselho de Administração realizada em 06 de Maio de 1997. As ações em tesouraria mantêm-se registradas pelo valor de mercado na data em que ocorreu a transação, no montante de R\$ 4.790.

Ajuste de avaliação patrimonial

A Administração de Kosmos e suas controladas optaram pela adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do custo atribuído (“deemedcost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 do ICPC 10, somente para os edifícios e terrenos. Com base na análise realizada pela administração para os demais itens registrados no imobilizado, representados substancialmente por equipamentos de informática, móveis e utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros, concluiu-se que o custo histórico registrado aproxima-se do valor justo desses bens e, portanto, não se aplica a prática de custo atribuído. Os valores atribuídos aos terrenos e edifícios foram contabilizados em 01/01/2010 pelos seus valores justos estimados em laudos de avaliação.

Descrição	Controladora	Consolidado
	2016	2015
Terrenos	15.319	15.319
Edifícios	10.060	10.060
	25.379	25.379
Realização do Ajuste Acumulado	(19.981)	(15.913)
Saldos	5.398	9.466

Dividendos obrigatórios

Em função do passivo a descoberto apresentado pela Companhia e suas Controladas, não foram distribuídos dividendos aos acionistas, conforme previsto no Estatuto Social.

Notas Explicativas**20. Receitas Líquidas**

Receita Bruta	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mercadorias	-	-	57.165	70.222
Serviços	48	48	14	14
Aluguel	3.661	3.547	869	1.158
Devoluções	-	-	(3.045)	(3.931)
	3.709	3.595	55.003	67.463
Impostos Inc. s/ Vendas e Serviços	(345)	(335)	(8.892)	(10.980)
Receita Líquida de impostos	3.364	3.260	46.111	56.483

21. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Pessoal	(7.307)	(5.752)	(15.840)	(15.418)
Aluguel	(2.622)	(2.329)	(3.207)	(2.889)
Serviços Profissionais	(1.086)	(786)	(3.513)	(3.569)
Tributos e Contribuições	(3.412)	(112)	(3.696)	(361)
Depreciações / Amortizações	(157)	(242)	(1.014)	(1.030)
Outras	(2.293)	(323)	(3.085)	(676)
	(16.877)	(9.544)	(30.355)	(23.943)
Provisões / Reversões Contingências				
Cíveis	364	(450)	(242)	783
Fiscais	(6.818)	(11.807)	(40.701)	(180.372)
Trabalhistas	3.022	20.776	6.221	26.669
Reversão de provisão devedores duvidosos	-	-	1.318	-
	(3.432)	8.519	(33.404)	(152.920)
Totais	(20.309)	(1.025)	(63.759)	(176.863)

Notas Explicativas**22. Reversão de perdas com investimentos**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Reversão de provisão perdas em investimentos da Arapuã International Invest. Corp.	63.459	-	63.459	-
	63.459	-	63.459	-

Foi efetuada a reversão de provisão de perdas em investimentos da controlada Arapuã International Investment Corp., pois a mesma encerrou suas atividades no exercício de 2016, face não haver perspectivas de realização dos ativos e passivos.

23. Despesas comerciais

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(6.630)	(7.982)
Aluguel	(2.689)	(2.425)
Marketing	(965)	(673)
Serviços Profissionais	(564)	(413)
Utilidades e Serviços	(709)	(493)
Tributos e Contribuições	(262)	(229)
Despesas Gerais	(927)	(871)
	(12.746)	(13.086)

24. Despesas financeiras

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Juros	(1.471)	(1.199)	(7.313)	(2.675)
Multas	-	-	(357)	(920)
Encargos Refis - Lei 11.941/2009	(3.058)	(2.548)	(3.058)	(2.548)
Outras	(2)	(3)	(1.113)	(1.123)
	(4.531)	(3.750)	(11.841)	(7.266)

Notas Explicativas

25. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2.016	2.015	2.016	2.015
Aplicações Financeiras	-	-	1.346	-
Juros	1.862	3.390	3.587	3.456
Outras	-	-	2	3
	1.862	3.390	4.935	3.459

26. Debêntures públicas

Conforme escritura de 08 de Maio de 1997, a Kosmos emitiu com data base de 01 de Abril de 1997, 100.000 debêntures nominais escriturais ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, conversíveis em ações preferenciais, com vencimento para 01 de Abril de 2000, sendo vedado o resgate antecipado.

Os respectivos títulos foram considerados créditos quirografários, conforme nota explicativa nº 14.

27. Seguros

A Companhia contratou seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram revisados pelos nossos auditores independentes.

28. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros (ativos ou passivos) mensurados ao valor justo contra o resultado ou disponíveis para venda e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e de 2015.

Empréstimos e recebíveis:

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo, são registrados pelo custo histórico pelo método do custo amortizado. A Companhia possui como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- (i) Contas a receber de clientes - (vide nota explicativa nº 5); e
- (ii) Outros valores a receber.

Notas Explicativas

Passivos financeiros não mensurados pelo valor justo:

São aqueles não mensurados ao valor justo e sim pelo método do custo amortizado. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- (i) fornecedores; e
- (ii) valores a pagar para empresas relacionadas (vide nota explicativa nº 17).

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros mencionados acima em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não se diferenciam de forma relevante dos respectivos valores contábeis.

Gerenciamento de riscos

As operações da Companhia que estão sujeitas aos fatores de riscos encontram-se abaixo descritas:

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas realizam seus direitos por vendas, em sua maioria, por recebimentos “à vista” ou por meio de operadoras de cartões de crédito e débito, o que reduz significativamente seu risco de crédito.

Risco de juros ou de variação cambial

A Companhia e suas controladas não possuem aplicações financeiras com saldos relevantes e a grande parte de seus passivos financeiros atualmente não estão atrelados às flutuações dos juros de mercado, uma vez que foram incluídos no plano de recuperação judicial, conforme divulgados nas notas explicativas 11, 12 e 13.

A Administração da Companhia entende que ela não está sujeita a riscos relevantes relacionados à taxa de juros ou variação cambial, razão pela qual não divulga a análise de sensibilidade relacionada a tais fatores.

Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros, considerando a empresa controladora e suas controladas. O capital circulante líquido atual da Companhia e suas controladas é bastante negativo, o qual, contudo, está controlado em razão do plano de recuperação judicial em andamento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Wilson Simeira Jacob - Presidente - “/s/”

Antônio Carlos Caio Simeira Jacob - Conselheiro - “/s/”

Notas Explicativas

DIRETORIA

Antônio Carlos Caio Simeira Jacob - Diretor Presidente - “/s/”

Massaru Kashiwagi - Diretor de Relações com Investidores - “/s/”

Carlos Alberto do Nascimento – TC –CRC 1SP 109.189/O-0 - “/s/”

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e acionistas

Kosmos Comércio de Vestuário S.A – em recuperação judicial

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Kosmos Comércio de Vestuário S.A – em recuperação judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Kosmos Comércio de Vestuário S.A – em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia obteve, em 1998, o benefício legal da concordata preventiva. Diversos desdobramentos judiciais ocorreram desde então em virtude das contestações ao plano da concordata por parte de alguns credores, bem como do pedido de falência impetrado por esses credores. Em 2009, Companhia obteve o direito ao processamento de seu pedido de recuperação judicial e, em 16 de dezembro de 2011, foi aprovado, em Assembleia de credores, por maioria, o plano de recuperação judicial da Kosmos Comércio de Vestuário S.A. (acordo), o qual foi homologado na Justiça em 13 de fevereiro de 2012. Um dos credores ingressou na Justiça com recurso contestando os termos deste acordo e teve seu recurso negado. Atualmente tramita no Superior Tribunal de Justiça agravo de despacho denegatório de recurso especial movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que contesta o não processamento do recurso movido pelo referido credor. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava uma situação financeira e patrimonial deficitária, inclusive com passivo a descoberto, gerando dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes às contas de ativo e passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das suas operações. Conforme descrito na nota explicativa 14, as demonstrações contábeis não contemplam os ajustes contábeis que decorrem dos termos do plano de recuperação judicial aprovado na Assembleia de 16 de dezembro de 2011, uma vez que ainda não foram cumpridos todos os compromissos assumidos no acordo. A nossa opinião não está ressalvada em decorrência desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para contingências

Conforme divulgado na nota explicativa 18, a Companhia e suas controladas possuem diversos processos judiciais e administrativos em andamento, principalmente de natureza tributária. Há provisões constituídas no balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, estimadas com base em opiniões dos advogados patrocinadores das respectivas causas, para as perdas consideradas prováveis, nos montantes de R\$ 169.840 mil (Controladora) e R\$ 928.960 mil (consolidado). Há incertezas significativas em relação a essas estimativas. Em nossos procedimentos de auditoria, recebemos respostas a todas as cartas de circularização enviadas aos advogados patrocinadores das causas em aberto, as quais informam os valores envolvidos e respectivas estimativas de probabilidade de perda, as quais estão em consonância com as provisões contabilizadas e divulgações efetuadas.

Provisão para perdas em controladas

Conforme divulgado na nota explicativa 16, a Companhia possui controladas com saldos significativos de passivo a descoberto. Foram constituídas provisões, na controladora, para fazer face aos saldos de passivo a descoberto em suas investidas. Realizamos os procedimentos de auditoria que julgamos necessários e suficientes para nos certificar que as demonstrações contábeis das investidas estão adequadamente refletidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Plano de recuperação judicial

Companhia obteve o direito ao processamento de seu pedido de recuperação judicial, conforme aprovação em Assembleia de Credores em 16 de dezembro de 2011 e homologação na Justiça em 13 de fevereiro de 2012. Contudo, tramita no Superior Tribunal de Justiça agravo de despacho denegatório de recurso especial movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que contesta o não processamento do recurso movido por um dos credores da Companhia. A Companhia está em processo de cumprimento dos termos pactuados no plano de recuperação judicial, conforme divulgado nas notas explicativas 1 e 14 e, com base nos termos acordados, ela deixou de reconhecer contabilmente a atualização monetária e os juros anteriormente incidentes sobre os passivos quirografários. Quando houver a finalização do cumprimento dos termos pactuados no plano de recuperação judicial a Companhia processará os ajustes contábeis cabíveis em seus passivos quirografários. Nós estamos acompanhando a evolução do processo judicial em andamento, mediante recebimento por escrito de posição do advogado da Companhia, bem como os pagamentos realizados relativos ao cumprimento dos termos do plano de recuperação judicial.

Saldos com partes relacionadas

Conforme divulgado na nota explicativa 17, a Companhia, sua controladora e suas controladas possuem saldos relevantes a receber e a pagar entre si. Foram constituídas provisões para perdas quando houve o entendimento por parte da Administração de que a realização dos créditos passou a ser improvável. Verificamos que as divulgações efetuadas nas notas explicativas estão condizentes com as diretrizes estabelecidas no pronunciamento CPC 05 (R1).

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de março de 2017

Marcos Venicio Sanches

Contador CRC 1SP-218.030/O-9

TG&C Auditores Independentes

CRC 2SP-031.693/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do art. 25 da IN nº 480 de 07 de dezembro de 2.009, com redação dada pela instrução CVM 520/12, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.016.

São Paulo, 03 de março de 2017

Massaru Kashiwagi

Antônio Carlos Caio Simeira Jacob

Diretor de Relações com Investidores

Diretor Presidente

"/s/"

"/s/"

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do art. 25 da IN nº 480 de 07 de dezembro de 2.009, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, referente ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2.016.

São Paulo, 03 de março de 2017

Massaru Kashiwagi

Antônio Carlos Caio Simeira Jacob

Diretor de Relações com Investidores

Diretor Presidente

"/s/"

"/s/"